



**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DESAFIOS DA  
CONSTRUÇÃO COLETIVA NA ESCOLA MUNICIPAL  
FRANCISCO GONÇALVES DE BRITTO**

IRANI ROBERTA TIAGO

Belo Horizonte  
2011

IRANI ROBERTA TIAGO

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DESAFIOS DA  
CONSTRUÇÃO COLETIVA NA ESCOLA MUNICIPAL  
FRANCISCO GONÇALVES DE BRITTO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Escola de Gestores,  
vinculada a Universidade Federal de  
Minas Gerais (UFMG), como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Especialista em Gestão Educacional.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Fernanda Araujo  
Coutinho Campos

Belo Horizonte  
2011

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

**IRANI ROBERTA TIAGO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO COLETIVA  
NA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES DE BRITTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Gestores, vinculada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional.

---

---

Profª Fernanda Araujo Coutinho Campos (orientadora) – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Júnior - UFMG

Belo Horizonte, Janeiro de 2011.

Dedico este trabalho a aos meus  
amigos e familiares.

## **AGRADECIMENTOS**

### **Agradeço a Deus:**

Grandes foram as lutas, maiores as vitórias. Sempre estiveste comigo. Muitas vezes pensei que este momento não chegaria. Queria recuar ou parar. No entanto, Tu sempre estavas presente, fazendo da derrota uma vitória, da fraqueza uma força. Com Tua ajuda venci. A emoção é forte. Não cheguei ao fim, mas ao início de uma longa caminhada. Por isso posso dizer: Obrigado Senhor!

### **Aos meus pais ausentes:**

Busco na lembrança um gesto que me lembra os seus, e na platéia seus sorrisos. Tento sentir o calor de seus abraços, de seus beijos. Lembro-me como eram sinceras suas lágrimas e confortante suas presenças. Hoje vocês se fizeram ventos, sonhos, nuvens, saudades... Hoje só encontro uma simples e sincera palavra para expressar tudo que fizeram por mim e pela lição de amor que me ensinaram: Obrigado!

### **Às minhas irmãs ausentes:**

Quando piso no chão e olho para o céu, sei que vocês fizeram o que de mais belo por mim poderiam fazer, para que eu fizesse a mim mesmo como e onde estou.

### **Aos meus familiares:**

Vocês foram companheiros, amigos, esteio na minha exaustão, ânimo em minhas incertezas, impulso nas minhas necessidades. O meu muito obrigado!

### **Aos mestres:**

Vocês não vão passar. Ficarão pelo chão as marcas de seus passos, o tom de suas vozes, seus conselhos, suas virtudes sem par. Ficarão palavras proferidas, atitudes assumidas, suas posturas, as generosidades de suas mãos estendidas em direção a mim. Ficarão a referência por um modelo a ser imitado. O meu muito obrigado!

### **Às amigas e colegas:**

Lutamos, sobrevivemos, crescemos... Acima de tudo como seres humanos. A vocês: Secretária de Educação, Ilca Maria e a Pedagoga Ana Maria, cabem uma parcela deste grau que ora conquistei. Por isso, meu carinho.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta a importância do processo de construção do Projeto Político Pedagógico no âmbito da coletividade e sua implantação nas instituições escolares na perspectiva de uma gestão democrática e participativa. Por ser um instrumento de intervenção e organização do planejamento da instituição, a construção do Projeto Político Pedagógico precisa ser num clima de democracia e coletividade e a participação da comunidade escolar e local é condição para que se possam minimizar os descasos que ainda atingem a educação. Esta participação é um passo importante para que as prioridades sejam elencadas e a partir daí, o foco de atuação da escola seja direcionado ao sucesso do ensino-aprendizagem. Dentro desta ótica, o Projeto Político Pedagógico busca analisar os valores morais e éticos, a pluralidade cultural e a diversidade étnica para que a sua elaboração não se torne mais um documento, alvo de tantas críticas nas instituições por parte de professores e gestores. Uma vez que sua construção seja compartilhada com a comunidade escolar, o mesmo exige o envolvimento de todos nas tomadas de decisões, sejam elas para pequenas ou grandes mudanças. Todo Projeto Político Pedagógico precisa ser construído de acordo com a realidade de cada instituição, pois este deve orientar toda a ação educativa. Desta forma o presente trabalho procura apresentar os percursos a serem percorridos na construção do PPP da Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto e os desafios a serem superados.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico – democratização – coletividade - escola

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
2.1.	Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Questão de Participação	8
<b>3.</b>	<b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – ASPECTOS TEÓRICOS DA SUA CONSTRUÇÃO</b>	<b>10</b>
3.1.	Desafios da Construção Coletiva na E. M. Francisco Gonçalves de Britto	13
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>16</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>18</b>
	<b>ANEXO 1</b>	<b>20</b>
	<b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES DE BRITTO</b>	<b>20</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo democrático na educação tem sua trajetória marcada por muitos entraves e traz consigo uma necessidade emergente de se construir planejamentos que contemplem a participação da comunidade escolar. Neste sentido, faz-se necessário que a escola busque alternativas que vão de encontro à coletividade e se formem elos onde as ações possam ser elaboradas e desenvolvidas num ambiente participativo e articulado à realidade desta escola (SOUZA, 2005, p. 18).

Destarte, é imperativo que a elaboração do PPP seja tratada como um momento histórico, pois precisa garantir a participação dos profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, bem como da comunidade escolar e local. Acredita-se ainda que estes espaços em que a escola tem buscado abrir para a participação da comunidade poderão produzir bons frutos como o pleno exercício da cidadania, atendimento à diversidade e pluralidade cultural, bem como oferecer uma educação que seja para todos e para cada um dos alunos que desta precisem.

E para que este processo possa ser conduzido de forma que todos participem, é preciso que conheçam as metodologias que implicam a sua construção e de que maneira o PPP pode ser executado garantindo assim um espaço democrático dentro da gestão escolar.

Desse modo, esta análise visa discutir os caminhos da construção do PPP na Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto, sua importância, finalidade, bem como elencar os desafios que se colocam na construção do mesmo por parte dos seus atores envolvidos, num processo que implica a coletividade e o compromisso de todos em torno de uma causa comum.

O período de análise do Projeto Político Pedagógico em questão foi o ano de 2010, na atual gestão (2009/2012) da Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto – Belo Oriente/MG. Este PPP foi construído com a finalidade de provocar um redimensionamento em todos os aspectos da ação educativa da instituição, uma vez que no cenário atual, a educação requer uma prática democrática e participativa.



## 2.1. Construção do Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Questão de Participação

“Mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos o envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de construção do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Que o planejamento seja do grupo e não para o grupo. O problema maior não está tanto em si fazer uma mudança, mas em sustentá-la, daí a essencialidade da participação.” (VASCONCELLOS, 1995, p. 52).

São inúmeros os desafios inerentes à educação que se colocam para os gestores, coordenadores pedagógicos e educadores, ainda mais quando o assunto é construção do Projeto Político Pedagógico. Dentre estes desafios pode-se destacar o legado histórico da desvalorização profissional, a gestão administrativa, a infra-estrutura de algumas escolas públicas, o cenário político da sociedade, “a cultura escolar padronizada, ritualística, formal, pouco dinâmica, que enfatizam processos de mera transferência de conhecimentos (...)” (CANDAUI, 2000, p.53) dentre outros fatores que retardam o avanço da educação. Sendo o PPP um instrumento de planejamento no âmbito da instituição escolar, o mesmo tem a função de as ações da escola e de seus educadores, bem como proporcionar a participação da sociedade buscando neutralizar estes problemas.

Este documento precisa ser construído e discutido por todos que fazem parte do processo educativo numa instituição escolar, sejam eles pais, alunos, profissionais da educação, gestores, coordenadores e enfim, toda a comunidade no entorno da escola. O PPP contribui sobremaneira para que o trabalho da escola seja de fato uma construção coletiva que exige ação-reflexão-ação. (DIAS, 1998, p. 268).

Ainda segundo o autor:

O processo de elaboração e implementação do PPP é fundamental porque envolve as pessoas que atuam na escola transmitindo a elas a idéia de pertencimento, de envolvimento com a instituição escolar. Isto, pois, não há relação agradável entre submissão e satisfação. Ninguém fica satisfeito sendo apenas submisso. (DIAS, 1998, p. 271).

De fato, o autor faz uma observação importante quando se refere à submissão, visto que o professor não se sente parte do processo quando recebe receitas prontas e acabadas, no caso do PPP para que haja envolvimento e garantia

de que as mudanças se fazem através da ação coletiva, a participação de todos desmistifica a possibilidade de documentos fora da realidade da instituição.

Numa sociedade marcada pela constante desvalorização dos profissionais da educação, novos processos de decisões que a cada dia exigem mais capacidade de atuação dos seus interlocutores, urge a necessidade de abrir cada vez mais espaços de discussões à comunidade escolar e local, tendo em vista que a contribuição destes elementos podem agregar valores consideráveis a uma gestão democrática<sup>1</sup> tão almejada há décadas (LDBEN 9.394/93).

Todo este processo de participação coletiva contribui também de forma precisa para que a educação seja de qualidade para todos, sem discriminação de raça, gênero e opção religiosa e sexual, e que todos possam (com) viver dignamente e serem respeitados em seus saberes, priorizando-os como um direito universal. Em toda organização seja ela educacional ou não, é imprescindível que as pessoas estejam de fato envolvidas no processo e que cada uma com suas habilidades possam trazer benefícios a esta organização. Segundo Silva (2000, p. 88) “toda organização, apoiada nas pessoas, tem uma vocação. Essa vocação é um conjunto de talentos, habilidades, capacidades, aptidões, que dizem respeito àquilo que as pessoas são capazes de fazer de melhor no mundo”.

Neste sentido, concordamos que todas as pessoas são capazes e que ninguém é inapto e que não tenham nada a contribuir. É preciso que a instituição tenha seu foco na visão de mundo, pois possibilita a potencialização das idéias das pessoas e define o foco de atuação para que de fato possa oferecer uma educação de qualidade para todos e para cada um, num processo democrático e participativo.

O projeto político pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação do seu papel social a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p. 9).

Destarte, a autora enfatiza a responsabilidade e o compromisso de todos os agentes envolvidos viabilizando uma sociedade emancipadora, capaz de trabalhar e

---

<sup>1</sup> Gestão Democrática aqui está sendo considerada segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/76.

construir juntos naturalmente em prol de um processo de mudanças e de transformações.

A construção do PPP requer a utilização de técnicas simples e de fácil entendimento, alguns autores sugerem passos que podem orientar as escolas neste percurso, porém Vasconcellos (1995, P. 146) define da seguinte forma: a) Marco referencial, b) Diagnóstico e c) Programação. Assim, a escola poderá determinar o quer alcançar, a que distância está daquilo que pretende e quais serão suas ações para minimizar ou reduzir a situação atual.

É preciso levar em conta que a educação tem um legado de descrédito em relação à sua organização, desde os tempos remotos onde o PPP era elaborado pelo gestor e posto pra ser executado no coletivo. Daí a necessidade de se aglutinar todas as pessoas que se interessam pela sociedade e seu bem estar, levando em consideração que garantir a efetivação das conquistas legais de pais, alunos e comunidade escolar e local é um dos marcos da coletividade e da postura comprometida e responsável de todos os cidadãos.

### **3. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – ASPECTOS TEÓRICOS DA SUA CONSTRUÇÃO**

O Projeto político Pedagógico é um instrumento de organização e planejamento que possibilita a intervenção pedagógica no momento em que se faz necessário. Possibilita também o controle do planejamento educacional, pois propicia um fazer pedagógico de forma coletiva e autônoma por parte da comunidade escolar, observando as normas legais do sistema educativo.

Esse processo de construção possibilita a superação e ou procura minimizar as formas fragmentadas e burocráticas de propor programas de ações necessárias, pois exigem comprometimento, ações críticas e reflexivas. Contribuem no enfrentamento dos desafios do cotidiano da escola de forma organizada, consciente, científica e participativa.

É a partir destas ações que se busca corrigirem os erros advindos do passado propondo uma construção coletiva que potencializam uma gestão democrática que

esteja realmente voltada para uma sociedade que se quer ter, de homens capazes de intervir e atuar criticamente para uma mudança de postura.

Vasconcellos (2000) enfatiza que, para a eficiência na elaboração do Projeto Político Pedagógico, devem existir alguns princípios de questionamentos, a seguir;

“Para a expressão daquilo que o grupo pensa e quer, usamos o recurso metodológico do questionamento, da problematização sintetizada nas perguntas. Por que perguntas? Para provocar um desequilíbrio no sujeito, para estabelecer um desafio que leve a uma reflexão e produção”. (VASCONCELLOS, 2000, p. 177).

De fato, o autor alerta que a construção deste instrumento de planejamento deve ser coletiva e após vários questionamentos que exigem reflexões, enfrentamento de desafios, com objetivos claros de contribuição e focados para a realidade em que se insere a instituição. Para isto faz-se necessário que a participação seja de fato democrática com envolvimento de todos que fazem parte do processo ensino-aprendizagem da escola, pois é nesta elaboração que se definem os rumos para onde se quer ir, onde se está e como se chegará aonde se pretende.

Essas estratégias proporcionam a sensibilização além de possibilitar as mudanças necessárias no âmbito escolar e exige que todos participem deste processo.

É importante lembrar que a família se constitui como parte fundamental neste processo, pois a interação que esta proporciona junto à escola dá o tom de participação e cumplicidade que deve existir entre estas duas instâncias para o sucesso da educação.

Todo processo de mudança, isto inclui a construção do PPP, exige uma grande mobilização que seja capaz de sensibilizar as pessoas no entorno da instituição, dentre elas, as famílias, estudantes, comerciantes, enfim, toda a sociedade (GADOTTI, 2000, p. 27).

Neste sentido, legitima-se a afirmação do autor, pois para se executar uma ação que tem como objetivo comum à formação e o futuro de uma sociedade, a instituição escolar precisa se abrir ao público continuamente, levando-o a participar e partilhar seus saberes de forma consciente no sentido de uma construção coletiva.

O envolvimento da comunidade na elaboração do PPP leva a multiplicação de valores e saberes onde todos podem vislumbrar propostas concretas que garantam uma gestão democrática do ensino na instituição escolar.

Na construção do PPP a participação dos profissionais da educação é importante, pois viabiliza a democracia, mas além desta instância o Conselho Escolar exerce também o papel de articulador dos segmentos que contribuirão no processo de reflexão e mobilização, sendo composto pelos diversos elementos que se fazem necessários na escola buscando uma mudança de paradigmas que valorize a prática educativa e o saber sistematizado.

Em pesquisa recente – “Retratos da Escola no Brasil” (GRACINDO, 2004), o próprio título sugere uma leitura crítica em relação à construção do PPP nas escolas brasileiras, sendo que o resultado vergonhoso indica que a elaboração deste instrumento tão valioso e de grande utilidade no processo educativo, tem sido construído por diretores, e em muitos casos por agentes externos que nem se dão conta da realidade daquela instituição.

Percebe-se neste contexto que a educação que antes se praticava era tida como uma educação imposta de cima pra baixo, onde os envolvidos apenas preenchiam papéis e cumpriam os planejamentos que já vinham prontos na maioria das vezes por empresas de consultoria que nada tinham em comum com a realidade da escola.

Desde a promulgação da LDBEN 9.394/96, já se conhecem as competências que definem as normas para uma gestão democrática, a pluralidade cultural e seus princípios norteadores que devem ser contemplados no PPP das instituições escolares, bem como analisados na sua totalidade. Desta forma a prática da gestão democrática por meio de processos de descentralização de poder, delegando competências aos mais variados segmentos, contribuem sobremaneira para a resolução de problemas, de processos decisórios no coletivo.

Consolidar os objetivos comuns para a educação não é tarefa fácil, porém na medida em que é manifestada a valorização de novas posturas de mudanças de comportamento e de práticas democráticas, é possível concretizar a tão sonhada educação para todos e para cada um dos brasileiros, a educação como direito inalienável.

No percurso de construção do Projeto Político Pedagógico, Vasconcellos (2000) sugere a aplicação do marco referencial:

“[...] nasce como busca de resposta a um forte questionamento, tem como função maior tensionar a realidade no sentido da sua superação/transformação e, em termos metodológicos, fornecer parâmetros, critérios para a realização do diagnóstico”. (VASCONCELLOS, 2000, p. 182).

Destarte, o autor chama a atenção para o olhar coletivo da realidade em que a escola se insere e a busca de respostas para subsidiar a construção do diagnóstico:

“[...] diagnóstico significa ir além da percepção imediata, da mera opinião (do grego, doxa) ou descrição, e problematizar a realidade, procurando apreender suas contradições, seu movimento interno de tal forma que se possa superá-la por uma nova prática, fertilizada pela reflexão teórico-crítica”. (VASCONCELLOS, 2000, p. 190).

Nesta fase, o autor nos convida a levantar a real situação da escola, é o momento de identificar os problemas relevantes que precisam de intervenção imediata, é a mais pura e simples análise da realidade que será redimensionada através da programação:

“[...] a programação é fruto da tensão realidade-desejo; surge como forma de superação da realidade (ainda que parcial, dado os limites) em direção ao desejado (dada a utopia, a força da vontade política). Esta tensão vai nos dar o horizonte do histórico-viável”. (VASCONCELLOS, 2000, p. 195).

Desta forma o autor afirma que a programação é o meio de diminuir a distância entre a realidade da escola e o que se deseja construir, é a projeção da instituição, pois nela são explicitadas as ações que nortearão o novo rumo a ser seguido.

### **3.1. Desafios da Construção Coletiva na E. M. Francisco Gonçalves de Britto**

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto foi elaborado no início do ano de 2010, na atual administração (2009 a 2012) e contou com a participação da comunidade escolar e de todos os profissionais que fazem parte da instituição.

A construção do PPP da instituição foi caracterizada pelas necessidades contínuas e corriqueiras de um educandário, sendo mudanças de postura e reflexões que geraram organizações e intervenção da realidade da escola.

No início não foi fácil, pois tudo que exige mudança e compromisso há uma grande resistência. O primeiro passo foi adotar a metodologia de acordo com os objetivos e critérios específicos para uma construção séria e comprometida.

A construção deste PPP foi marcada pelos indicadores: o que é o PPP, sua importância na instituição escolar e qual é a garantia de sucesso dessa construção coletiva.

Sendo o PPP um planejamento que envolve comunidade escolar, alunos e funcionários, foram realizados neste sentido uma assembléia para mobilizar a todos os envolvidos a participarem da vida escolar de seus filhos, propondo reflexões acerca das ações realizadas na escola e o desempenho pedagógico da escola.

Gadotti (2000) aponta algumas dificuldades de se realizar a construção coletiva de um PPP e que são comuns à Escola Municipal Francisco Gonçalves de Brito. O descrédito dos professores num instrumento de planejamento, tendo em vista que há décadas já se banalizavam o planejamento e alguns acreditam mesmo que são documentos de gaveta e não funcionam, sob a alegação de já existirem estes documentos e as pessoas não terem acesso a eles, desconhecendo as linhas de ação.

Outros achavam que era um projeto para mudança da escola e não uma mudança de postura, outros criticavam também alegando ser democrático só pra fazer o documento, mas na prática ainda prevalecia a “ditadura escolar”, não levando a sério o espírito de participação coletiva. Foram realizados vários encontros setoriais, com a comunidade escolar, com os profissionais da escola para provocar uma ampla discussão e reflexão sobre os ganhos que a escola teria com a construção do PPP e a importância deste processo para a instituição.



Figura 1 – Mobilização da comunidade da E. M. F. Gonçalves de Britto para elaboração do PPP.

Tendo em vista que já há muitos anos os professores estavam acostumados a trabalharem isoladamente, sem apoio dos pais e da direção, olhavam com desconfiança a nova proposta de coletividade. Já a família, acostumada a deixar por conta da escola a responsabilidade de educação dos filhos também não acreditava no seu potencial de contribuir para que a instituição consolidasse seu plano de mudança, de busca de uma gestão democrática e libertadora. O tempo também foi desafiador, haja vista que muitos professores têm jornada tripla e não disponibilizam para escola estes momentos de interação e troca, sendo às vezes imposto pela direção, a presença de determinados professores, o que não configura democracia, pois esta quando imposta só serve de instrumento de dominação e alienação.

Foram muitos os desafios que obrigaram a escola a realizar um trabalho de conscientização e de mobilização tanto dos profissionais como das famílias para que pudessem entender que uma gestão só é democrática se for participativa e que a responsabilidade não é só da escola, que os pais precisam estar juntos nessa busca de reconstituição dos valores morais, éticos, sociais, culturais e de coletividade, por uma causa comum, a educação dos filhos.

Apesar dos entraves como o descaso das autoridades, famílias descompromissadas com o sucesso dos filhos, professores incrédulos no processo de coletividade, o PPP da escola foi elaborado, mas ainda persistem algumas



dificuldades nas quais a equipe gestora da instituição e os profissionais que nela atuam, poderão, a longo prazo, vencê-las ou minimizá-las através de encontros periódicos, palestras, dinâmicas de grupo.

Enfim, buscando mesmo, a sensibilização e a mobilização dos envolvidos, pois se queremos educação para todos com qualidade, precisamos de todos pela educação<sup>2</sup>, pois a efetivação de um instrumento deste porte exige tempo e comprometimento para que a resistência seja eliminada e encarada como crescimento e oportunidades de discussão e reflexão sobre a sociedade que se quer para a nova geração.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pressupõe uma série de procedimentos que oferecem o que há de melhor para uma educação com qualidade abrindo um espaço onde os conhecimentos, as experiências podem ser compartilhados sendo capazes de modificar a sociedade em que se insere.

Neste sentido Gadotti (2000, p.84) destaca que:

O Projeto Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Nisto reside a pluralidade de projetos pedagógicos desenvolvidos à luz do marco referencial a partir de uma efetiva análise da realidade escolar peculiar a cada instituição de ensino.

Portanto, o autor se refere ao grande desafio de uma sociedade marcada pela diversidade cultural e desigualdades sociais, dentro de um contexto de coletividade, sem deixar de lado as especificidades de cada escola.

Ao longo de toda minha carreira nunca havia experimentado a sensação de participar da construção de um instrumento tão importante para a organização de uma instituição escolar. Estes momentos que tenho vivido neste período onde impera a coletividade, a democracia e a participação da sociedade têm mostrado o quão grande são os desafios a serem enfrentados.

---

<sup>2</sup> Programa Todos pela Educação – MEC, disponível no endereço eletrônico: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>.

Desafios estes que não nos deixam acomodar, descrédito de profissionais, em especial dos professores, indiferença do pessoal de apoio da instituição, descaso das famílias em relação à vida escolar dos filhos e a soberania da sociedade que já tem como discurso pronto que a educação de nossas crianças e jovens é papel único e exclusivamente de responsabilidade da escola.

Diante de todos estes obstáculos, observa-se que a instituição escolar ainda tem a crença de que mudanças são possíveis e não se abate face a estes problemas, o que justifica a sua tentativa de compartilhar cada vez mais com a comunidade escolar os compromissos da educação através da construção coletiva do PPP, a criação do Conselho Escolar e o processo decisório da escola com a participação cada vez mais destes segmentos.

Hoje a Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto continua com encontros coletivos por segmentos, realiza reuniões periódicas e a cada semestre avalia os avanços e os retrocessos da instituição, para assim, propor planos de intervenção e garantir minimamente a participação da família e o processo da coletividade em sua prática diária da escola.

O PPP é executado com maior participação dos funcionários, adotou-se a prática de apresentá-lo a todos os funcionários que ingressam na instituição, uma grande parte dos pais já tem conhecimento deste documento e as conversas normalmente giram em torno do que este prescreve.

Em relação à construção coletiva, pode-se observar que já existe a predisposição de vários funcionários em participar das discussões, e que ao longo do ano letivo eles sempre se reportam ao PPP para tomar algumas decisões, por exemplo, em relação à recuperação paralela, estudos complementares e outros.

Desta forma, reside aí o desejo de buscar um diálogo aberto e transparente em relação à prática dos professores e também da equipe gestora da Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto, levando em consideração que os processos decisórios na instituição devem primar pela coletividade e qualidade da educação, sem perder de vista a visão e a missão da escola que se quer alcançar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político - pedagógico no contexto da educação escolar**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=10322>. Acesso em 10-11-2010.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Reinventar a Escola**. 4ª Edição. RJ: Ed. Vozes, 2000.

DIAS, José Augusto. **Gestão da escola. In: Vários autores. Estrutura e funcionamento da Educação Básica – leituras**. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 268-282.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José e (orgs.). **Autonomia da Escola princípios e propostas**. 3ª ed. Cortez, 2000.

GRACINDO, Regina V. “**Projeto Político Pedagógico: retrato da escola em movimento**”, In: **A. M. SILVA & M. A. AGUIAR (orgs.) Retrato da Escola no Brasil**. Brasília: CNTE, 2004.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 15-11-2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do Projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2\\_joao.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf). Acesso em 11-12-2010.

**Programa Todos pela Educação – MEC**. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.todospelaeducacao.org.br/>.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto, 2010.**

SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2000.

SOUZA, Ângelo Ricardo de [et al]. **Níveis do Planejamento Educacional**. Universidade Federal do Paraná. Ed da UFPR-Curitiba, 2005, p.15-22.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

\_\_\_\_\_. **Planejamentos: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo, elementos metodológicos para elaboração e realização**. Editora Libertad, São Paulo, v. 1, 1995.

VEIGA, Ilma P. A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA e RESENDE (orgs). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas-SP, Papirus, 1998.

**ANEXO 1**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO  
GONÇALVES DE BRITTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

ACÁCIA BATISTA FELIX SANTANA  
IRANI ROBERTA TIAGO  
MARIA IVANETE HERMÓGENES  
VÂNIA MARIA DE MIRANDA ROSA

Belo Horizonte, 2010

**ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES DE BRITTO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Belo Horizonte, 2010

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO .....	24
<b>2. FINALIDADES DA ESCOLA .....</b>	<b>26</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>27</b>
3.1 Administrativa .....	27
3.2 Pedagógica .....	29
3.2.1 Planos de Ensino .....	30
3.2.2. Planos de Ensino para o Ensino Fundamental (Anos Finais) .....	30
3.2.3. Planos de Ensino para EJA.....	31
<b>4. CURRÍCULO .....</b>	<b>32</b>
4.1. Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental .....	32
4.2. Conteúdos Básicos da Educação de Jovens e Adultos .....	34
4.2.1. Parte Diversificada da Educação Jovens e Adultos .....	36
4.3. Projetos Específicos .....	36
<b>5. TEMPO ESCOLAR .....</b>	<b>37</b>
<b>6. PROCESSO DE DECISÃO .....</b>	<b>39</b>
6.1. Conselho de Classe .....	39
6.2. Assembléias da Comunidade.....	40
6.3. Reunião Técnico – Pedagógica .....	40
6.4. Criação do Conselho Escolar .....	41
<b>7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>42</b>
7.1. Os Princípios de Convivência.....	42
7.2. Processos de Articulação e Integração dos Profissionais .....	42
7.3. Estratégias de Promoção da Articulação com a Comunidade .....	43
7.4. Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação .....	44
<b>8. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>44</b>
8.1. Estratégias da Verificação do Desempenho Escolar.....	45
8.2. Estudos de Recuperação .....	47
8.2.1. Recuperação Paralela .....	47
8.3 Da Classificação .....	48
8.4. Da Reclassificação.....	48
8.5. Da Progressão Parcial .....	49
8.6. Aceleração de Estudos e Avanço Escolar .....	50
8.7. Procedimentos de Avaliação Institucional Interna e Externa.....	51
8.8. Avaliação de Desempenho dos Profissionais da Educação.....	51
8.9. Painel da Escola.....	52
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>FONTE BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>54</b>



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO

#### **Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto**

Endereço: Avenida Brasil, Nº 505 – Novo Oriente.

Município de Belo Oriente – Minas Gerais

CEP: 35.195.000 Telefax: (0xx33) 3253 – 1311

Email: [emfgb\\_beloriente@oi.com.br](mailto:emfgb_beloriente@oi.com.br)

Código da Escola no INEP: 31191922

Educação Básica – Ensino Fundamental - Anos finais

Portaria nº 1055/97 - SEE nº 7673 de 11/04/1985 e 7975 de 25/04/1 - CEE nº 306 de 19/01/1984.

EJA – Educação de Jovens e Adultos - Portaria de Autorização: 1055/97

#### Modalidade de Ensino

A Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto oferece o Ensino Fundamental – Anos finais e Educação de Jovens e Adultos, sendo a mesma localizada na área urbana, sede.

A clientela do Ensino Fundamental é de aproximadamente 415, e os alunos de Educação de Jovens e Adultos são 100, totalizando 515 educandos. O percentual de professores com licenciatura plena chega a 90,5%

#### Equipe Gestora

A escola conta com uma equipe gestora de 6 funcionários, sendo uma diretora, Maria Ivanete Hermógenes, 2 vice-diretores, um no vespertino e um no noturno e 3 pedagogas, sendo uma para cada turno.

Possui um quadro de docentes com 26 professores. Um quadro de profissionais de apoio, sendo 7 auxiliares de secretaria, 14 auxiliares de serviços

gerais, 3 auxiliares de biblioteca, 4 assistentes de turno e 2 vigiaque revezam no turno da noite.

O presente Projeto Político Pedagógico foi elaborado em duas etapas: Primeira: reuniram-se na escola, comunidade escolar, pais e alunos, funcionários da instituição para debater as concepções que orientam o trabalho pedagógico, como a escola deverá conduzir suas ações para efetivar o sucesso escolar dos alunos. Foram realizados estudos, reflexões e debates acerca dos temas: “Projeto Político Pedagógico”, “Conselho escolar” e “Relação família – escola” com a participação de um número expressivo de pais e todos os alunos e corpo docente.

Segunda: Elaboração do documento por parte dos responsáveis que foram indicados no encontro, como sendo a equipe que nortearia os trabalhos de elaboração.

A construção deste Projeto Político Pedagógico baseia-se na idéia de orientar a ação do grupo de profissionais da Instituição, permitir a uma leitura reflexiva do cenário atual da escola e fornecer o referencial para avaliar, redimensionar, modificar e instrumentalizar a execução do trabalho nele proposto, de mudança de postura dos profissionais, de ações efetivas da prática educativa e participação família.

Aglutinar pessoas em torno de uma causa comum, ser um canal de participação efetiva, dar um referencial de conjunto para caminhada, ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, ser instrumento de transformação da realidade e colaborar na formação dos atores envolvidos no processo educacional.

Amparados pelo inciso I do Art. 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>3</sup> e, considerando o Parecer CEE/MG nº 1132/97, e a responsabilidade atribuída às escolas na operacionalização de mudanças planejadas e compartilhadas, propõem uma ação sistematizada, voltada para a realidade educacional, social, cultural e moral em que esta instituição está inserida, para a construção de uma ação pedagógica com o objetivo de propiciar a formação de um cidadão crítico, consciente e participativo, conhecedor de seus direitos e deveres, proporcionando-lhes alegria de viver, de amar e servir.

---

<sup>3</sup> Lei 8069 de 13 de julho de 1990

Em parceria com a família e comunidade, este Projeto Político Pedagógico busca concretizar um ensino de qualidade, estabelecendo valores éticos e morais que devem permear a vida de um ser humano.

Porém, a aplicabilidade desta proposta concretizar-se-á com a participação do corpo docente, administrativo, colegiado e comunidade, acreditando que pensar e construir a escola necessária são tarefas urgentes, indispensáveis e coletivas.

Os anos finais do Ensino Fundamental e EJA, oferecido pela Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto, pretende proporcionar a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da escrita, da leitura e do cálculo, proporcionando uma cultura básica indispensável à formação integral do aluno, a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, o aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e de pensamento crítico. Deverá também propiciar a criação e recriação das normas que regulam a convivência, partindo da definição conceitual da ética, distinguindo-a da moral, identificando sua finalidade no meio social, a reflexão sobre os temas transversais nas diversas fases da conduta humana, partindo do princípio de formação da autonomia moral, respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade.

## **2. FINALIDADES DA ESCOLA**

A Escola tem por missão assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos com sucesso, formando cidadãos críticos capazes de agir e transformar na sociedade em que está inserido. A instituição busca também instrumentalizar alunos e comunidade para o pleno exercício da cidadania.

O presente Projeto Político Pedagógico confere significado às ações educativas exercidas de acordo com a identificação da Instituição de Ensino estabelecida coletivamente e com o plano de ação comprometido com a elaboração de uma proposta educativa conjunta, rumo ao futuro.

A redefinição dos papéis da escola e dos seus profissionais e o fortalecimento do coletivo são imprescindíveis para a consolidação da autonomia da Instituição Escolar e para a consecução dos objetivos propostos no Projeto Político Pedagógico. A sistematização de um trabalho participativo define o tipo de ação educativa que a Instituição de Ensino desenvolve tornando-se definitivo, pois as ações dos sujeitos que farão emergir necessidades e novas exigências que devem ser consideradas.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A escola, de forma geral, dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativa e pedagógica. A estrutura administrativa assegura, praticamente, a locação e a gestão de recursos humanos, físicos e financeiros. A estrutura pedagógica refere-se, fundamentalmente, às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo. Na estrutura pedagógica incluem-se todos os setores necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. Enfim fazer a análise e a compreensão da estrutura organizacional da escola significa indagar sobre suas características, seus conflitos, suas funções e objetivos, detectar os problemas que afetam o processo ensino aprendizagem, de modo a favorecer a tomada de decisão realista com suporte para modificar a sociedade.

#### **3.1 Administrativa**

A Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto conta com uma estrutura física moderna, bem localizada e dispõe das seguintes dependências: doze (12) salas de aula com ventilador de teto, sala de secretaria, sala da diretoria, sala de reuniões, sala de vídeo, biblioteca, dispensa e cozinha, espaço de xerografia, copa e sala dos professores com geladeira e filtro, área coberta usada como refeitório, banheiros nos dois pavimentos, rampa de acesso às salas do segundo pavimento, depósito para materiais de grande porte, como instrumentos musicais e outros. Foi instalado recentemente um laboratório de informática do PROINFO, com onze máquinas ligadas à rede mundial de computadores, por meio de banda larga, e uma

impressora laser. Conta também com um ginásio poli-esportivo coberto, com capacidade para 3.000 pessoas onde são realizados shows, momentos cívicos e eventos diversos.

A escola possui uma sala de Recursos Multifuncionais com equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização (ainda estamos aguardando o restante do material). O programa é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação, em que os alunos com essas características estejam registrados no Censo Escolar – Ministério de Educação – MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A organização do trabalho da escola está especificada no Regimento Escolar, contendo normas administrativas e pedagógicas que serão observados por todos os profissionais e corpo discente do curso de Ensino Fundamental (anos finais) e EJA, devendo ainda, observar normas específicas do curso de EJA (Emenda Regimental 02/05) e Ensino Fundamental (anos finais). O Ensino fundamental (anos finais) será organizado em 03 (três) etapas letivas durante o ano. O curso de EJA será organizado em 02 semestres, sendo cada semestre dividido em 02 (dois) bimestres e garantirá o cumprimento do mínimo da carga horária<sup>4</sup> da EJA, conforme matriz curricular.

A matrícula para os anos finais do Ensino Fundamental desta escola será aberta no mês de dezembro de cada ano, conforme previsto no Calendário Escolar, respeitadas as determinações legais, com ampla divulgação para a comunidade. A efetivação e controle da matrícula será feita pelo secretário responsável, especialista de educação e diretor, pelo recebimento da documentação em tempo hábil e exame da documentação para indicação do ano a ser frequentado e o ajustamento pedagógico necessário (se houver). A divulgação do período da matrícula será através de edital público, assinado pelo diretor da escola contendo as seguintes informações, a) números das vagas por ano e turno, b) graus e modalidades de ensino oferecido pela escola, c) período e horário de matrícula, d) documentação necessária.

---

<sup>4</sup> Carga Horária de EJA 416h 40min – E.F. 833h 20min

A escola ministra o Ensino Fundamental (anos finais) em regime anual e a organização da ação educativa com duração de 04 (quatro) anos, sendo o 6º Ano para alunos com 11 anos, o 7º ano para alunos com 12 anos, o 8º ano para alunos com 13 anos, o 9º ano para alunos com 14 anos. No Ensino Fundamental, o ano letivo será de 200 dias de efetivo trabalho escolar, com uma carga horária mínima de 833:20 horas, excluindo o tempo destinado ao recreio e aos Estudos Autônomos.

A lotação das classes nas turmas do Ensino Fundamental (anos finais) será respeitada o número de até 35 alunos por turma.

A renovação das matrículas se dará no mesmo período das matrículas iniciais.

A matrícula da Educação de Jovens e Adultos – EJA será realizada de acordo com os critérios previstos no Regimento Escolar e Emenda Regimental nº 02/05, cujos documentos de cada aluno deverão ser analisados pelo Secretário, especialista de educação e diretor, com o objetivo de garantir o cumprimento da idade mínima<sup>5</sup> exigida para a inclusão do curso de EJA. A organização e preparação de materiais didáticos deverão acontecer semestralmente.

### **3.2 Pedagógica**

A Escola Municipal Francisco Gonçalves de Britto adota o sistema de seriação, do 6º ao 9º ano, mas tem uma política de progressão continuada, que considera o aluno como o centro de atenção e respeito ao seu desenvolvimento e seu tempo de aprendizagem. Todo trabalho realizado na escola é feito através de planejamento dos professores, que contam com uma equipe disciplinar de apoio, ou seja, existe uma coordenação de área que atende todos os professores e junto com eles elaboram os planejamentos anuais e quinzenalmente são realizados encontros entre coordenadores e professores para troca de experiências.

O diagnóstico e a elaboração do perfil da turma pelo professor: progressos/dificuldades será realizado após 45 dias letivos de aula, para discussão posterior no conselho de classe, o mesmo será registrado e entregue na supervisão.

---

<sup>5</sup> Idade mínima para inclusão de EJA é de 15 anos

O conselho de classe acontecerá no mês de março para discutir sobre a reenturmação e os projetos de intervenção pedagógica das dificuldades de aprendizagem detectadas no diagnóstico.

### **3.2.1 Planos de Ensino**

São elaborados pelos professores e especialista de educação com base nos Programas de Ensino de Minas Gerais, PCNs e CBCs<sup>6</sup>, devendo o professor adaptá-los ao nível de desenvolvimento dos alunos. No detalhamento das disciplinas, bem como no planejamento e na execução das atividades, deverá ser considerada e incluída experiência de vida e de trabalho com os alunos.

A escola poderá desenvolver projetos, visando a melhoria do Ensino-Aprendizagem.

Conhecimentos da realidade brasileira serão selecionados e incluídos nos Planos de Ensino das matérias afins.

A ordenação do currículo é feita por disciplina, conteúdos e atividades em séries anuais, podendo para efeito didático e administrativo, serem desdobradas em mais de um conteúdo programático e específico, com carga horária individualizada e com avaliação própria, ministrada por cada um dos professores legalmente habilitados ou qualificados.

### **3.2.2. Planos de Ensino para o Ensino Fundamental (Anos Finais)**

Os programas podem sofrer modificações em sua aplicação para se adequarem ao nível real do desenvolvimento da turma. Os planos de cursos deverão especificar os objetivos ou comportamentos esperados ou desejados, os conteúdos programáticos a serem desenvolvidos; os recursos metodológicos a serem utilizados, os recursos e técnicas de avaliação, a distribuição do tempo previsto para cada etapa e bibliografia básica reconhecida. No desenvolvimento do Plano de Curso, será dada maior ênfase às habilidades intelectuais de compreensão, análise, síntese, interpretação, emissão de juízos, extrapolação de idéias, hábitos e atitudes necessárias à integração e a compreensão das relações sociais, afetivas e

---

<sup>6</sup> Conteúdos Básicos Curriculares

intelectuais. A Base Nacional Comum e a Parte Diversificada do Ensino Fundamental nos anos finais deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre Educação Fundamental, e:

- A. A vida cidadã pela articulação entre vários de seus aspectos como saúde, sexualidade, vida familiar, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura e linguagens.
- B. Áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e Educação Religiosa.

### **3.2.3. Planos de Ensino para EJA**

Os planos de ensino para a educação de Jovens e Adultos serão elaborados por semestre nos encontros de coordenação, conforme prevê o calendário da EJA. Os conteúdos curriculares serão organizados pelo corpo docente, em cada disciplina e etapa correspondente, observando orientações pedagógicas específicas, constante deste Projeto Político Pedagógico. O plano de ensino deverá se organizar de forma específica para os alunos de EJA, visando atender com metodologias diferenciadas e próprias às características dos educandos, garantindo na prática pedagógica os seguintes aspectos:

- I. Situações de aprendizagem que proporcione conhecimento do educando como sujeito;
- II. Desenvolvimento de habilidades socialmente significativas, visando a construção de identidades solidárias;
- III. Ambiente incentivador da curiosidade, do questionamento, diálogo, da criatividade e da originalidade;
- IV. Tratamento dos conteúdos curriculares adequados à idade dos alunos e ciclos de desenvolvimento humano;
- V. Uso de recursos audiovisuais, biblioteca, novas tecnologias de informação e comunicação;
- VI. Avaliação diagnóstica e contínua do desempenho do educando com instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades, possibilidades e necessidades ao longo do processo de aprendizagem em cada etapa.



## **4. CURRÍCULO**

O presente PPP busca aprimorar o trabalho com as disciplinas que compõe o quadro curricular deste estabelecimento de ensino visando a redução do índice de repetência com base nos valores apresentados no ano anterior, o desenvolvimento das atividades que propiciem o gosto pela leitura e conseqüentemente à produção de uma escrita próxima à correta; a aplicação das habilidades individuais com vistas ao desenvolvimento das inteligências múltiplas, além de elaborar normas coletivas de convivência visando melhoria na organização e relacionamento humano.

Os objetivos das matérias e do processo educativo em geral, devem ajustar-se aos fins estabelecidos em lei, visando:

- I. Base Nacional Comum, resguardar a Unidade Nacional de Ensino e possibilitar em sua plenitude a leitura, a escrita e compreensão da Língua Nacional bem como o domínio dos símbolos e das operações matemáticas fundamentais, proporcionando uma cultura básica indispensável à formação integral do aluno.
- II. Na parte diversificada, atendimento às peculiaridades locais, aos planos da escola e às diferenças individuais dos alunos.

O ensino das matérias fixadas e das que lhes forem acrescidas, devem sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão, ação, encaradas como objetivo geral do processo educativo. Os programas de cada disciplina, ou conteúdo específico serão elaborados pelos professores auxiliados pela equipe Pedagógica, orientando-se CBC (Conteúdos Básicos Comuns) PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) que são os programas oficiais do Estado de MG, adequando-os à realidade da clientela e aos objetivos propostos pela escola, devendo ser aprovado pelo diretor.

### **4.1. Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental**

No Ensino Fundamental, os quadros curriculares são organizados com os conteúdos, composição, estrutura, dosagem, seqüência e duração de pelo menos

800 horas anuais distribuídas em duas camadas, atendendo os critérios da Entidade mantenedora:

- I. Base Nacional Comum.
- II. Parte Diversificada.

A parte diversificada, igualmente obrigatória visa atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas às peculiaridades locais; aos planos deste Estabelecimento de Ensino e às diferenças individuais dos alunos.

Na Base Nacional Comum a ordenação do currículo para o Ensino Fundamental Regular é feita por séries anuais, sendo as matérias ministradas sob a forma de conteúdos específicos.

Para análise de transferência terão como conteúdos equivalentes ou idênticos objetivos, independentemente de carga horária, programa e número dos anos cursados para o Ensino Fundamental.

A equivalência ou identidade de conteúdos específicos ou programáticos deverá ser conferida pelo secretário, equipe pedagógica e quando necessário ouvido os professores da respectiva área de conhecimento.

Reconhecida à identidade ou equivalência de conteúdos, nos registros e históricos escolares, são consignados os resultados, a carga horária e as faltas observadas na escola de origem ou nos estudos anteriores adotando-se a denominação usada no estabelecimento de origem, se o estudo já tiver sido concluído com proveito, e a de destino se estiver em curso considerando-se a devida observação, além de promover a interdisciplinaridade para a integração de conteúdos no desenvolvimento das atividades diárias com ênfase ao meio ambiente.

A Educação Ambiental (Lei 15.441/05) de 11/01/05 como conteúdo programático, será integrada às matérias cujo campo do conhecimento se relacione com as do Meio Ambiente, Ecologia, Conservação de Recursos Naturais, com o objetivo de conscientização e preservação do Meio Ambiente.

O estudo sobre o Uso de Drogas de Dependência Química, Lei nº 13.441/99 de 21/12/99, e atividades relacionados à educação para o consumo, Lei nº 12.909/98 de 24/06/98 e preparação para o trabalho será desenvolvido no conteúdo de ciências e demais conteúdos do currículo.

O estudo dos Direitos Humanos, Lei nº 12.767/98 de 21/01/98, e Educação para o Trânsito ministrado em todo ensino fundamental de acordo com o artigo 76

do Código de Trânsito Brasileiro, serão trabalhados respectivamente nos conteúdos de história, geografia e demais conteúdos.

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescentes, será ministrado no âmbito de todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa e nas disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas (resolução SEE nº 1307) de 27/03/09.

As matérias da Base Nacional Comum, para o Ensino Fundamental (anos finais) a serem ministradas em todas as séries são:

-Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Educação Física, Educação Religiosa.

Dar-se-á especial enlevo, ao Ensino de Língua Portuguesa e de Matemática através de sua inclusão em todos os anos ou períodos letivos do Ensino Fundamental (anos finais) e a adequada utilização dos demais componentes curriculares no desenvolvimento do pensamento lógico e das linguagens oral e escrita.

Para o Ensino Fundamental (anos finais), a Educação Religiosa, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais desta escola, assegurando o respeito a diversidade cultural religiosa da comunidade escolar devendo o professor, juntamente com a equipe pedagógica, programar dentro da carga horária prevista, atividades para os alunos que não optarem pela disciplina.

A disciplina de Artes permeará todo processo educativo e será ministrado como conteúdo individualizado, somente no 8º ano do Ensino Fundamental. O conteúdo de Educação Física será ministrado em todos os anos do Ensino Fundamental, observando-se o mínimo de duas aulas semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos para Ensino Fundamental.

Na parte diversificada do currículo será incluído, a partir do 6º ano, o ensino de uma língua estrangeira e por opção da comunidade escolar foi escolhido o inglês.

#### **4.2. Conteúdos Básicos da Educação de Jovens e Adultos**

A escola procura garantir a igualdade de acesso aos alunos a uma Base Nacional Comum de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional. A Base Nacional Comum integra-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a educação

fundamental e a vida cidadã através da articulação entre vários dos seus aspectos como a saúde; a sexualidade; a vida familiar e social; o meio ambiente; o trabalho; a ciência e a tecnologia; a cultura; as linguagens; as áreas de conhecimento cujos componentes curriculares estão descritos nesta proposta.

A escola explicitará na proposta curricular, processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando a interação entre a educação fundamental e a vida cidadã; os alunos ao aprenderem os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às suas comunidades. Os programas de cada disciplina, ou conteúdo específico, serão elaborados pelos professores, orientados pelo pedagogo, embasados nos programas oficiais de MG e PCNs, adequando-se à realidade da clientela e aos objetivos propostos pela escola, devendo ser orientados e supervisionados pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC.

Os componentes curriculares serão ordenados quanto à sequência e ao tempo necessário para seu desenvolvimento com objetivos, amplitude e profundidade de tratamento adequado às possibilidades e necessidades dos educandos, e devem ser tratadas como recursos básicos para desenvolver competências cognitivas e sociais priorizando sua formação acadêmica. Este curso é uma modalidade da Educação Básica que se organiza de forma diferente do ensino regular, em sua estrutura, regime escolar, metodologia e duração.

O Plano Curricular está constituído, pelos componentes curriculares da Base nacional Comum e Parte Diversificada, cujos planos de ensino serão elaborados observando as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parâmetros Curriculares Nacionais e Propostas Curriculares oficiais para o referido curso. Na modalidade de EJA, de 5ª a 8ª etapa, serão ministrados os componentes Curriculares da Base Nacional Comum, abaixo relacionados, complementado pela Língua Estrangeira Moderna (Inglês) na Parte Diversificada.

I – No Ensino Fundamental (EJA) serão ministrados os seguintes componentes: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História e artes.

Dar-se-á especial enlevo ao ensino de Língua Portuguesa e de Matemática, através de sua inclusão em todas as etapas da EJA e a adequada utilização dos demais componentes curriculares no desenvolvimento do pensamento lógico e das

linguagens oral e escrita. Em Língua Portuguesa e Matemática serão assegurados os predomínios de sua carga horária em relação a cada um dos demais conteúdos curriculares.

A disciplina de Artes permeará todo o processo educativo e será ministrada como conteúdo individualizado, somente na 7ª etapa da EJA.

O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

#### **4.2.1. Parte Diversificada da Educação Jovens e Adultos**

Na parte diversificada do currículo será incluído, a partir da 5ª etapa, o ensino de uma língua estrangeira e por opção da comunidade escolar foi escolhido o inglês. A parte diversificada da EJA conterá ainda conteúdos complementares definidos de acordo com a necessidade e interesse da comunidade escolar fixados pelo CEE.

#### **4.3. Projetos Específicos**

A escola na perspectiva da construção da cidadania precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade, desenvolvendo um trabalho integrado, dando ênfase à pedagogia de projetos. Os projetos serão elaborados com a participação de todos os membros administrativo e docente da unidade escolar para que juntos possam definir as estratégias e os objetivos a serem alcançados propostos. As programações culturais, cívicas e pedagógicas da Escola e do Município, visam resgatar e preservar os costumes e valores da comunidade. Nesta perspectiva serão comemoradas as datas mais significativas de acordo com a cultura local. As atividades diárias desenvolvidas de Fevereiro a Novembro/10, contarão com a execução dos Hinos da Independência, da Proclamação da República, da Bandeira, de Belo Oriente.

Este trabalho irá melhorar as relações humanas entre os dirigentes, a equipe técnica e professores, alunos, permitindo que atuem conscientemente pelo trabalho que desenvolvem e pelos seus resultados. O tema saúde na escola será desenvolvido em formas de projetos, com participação e parceria da Secretaria de

Saúde e Ação Social e envolvimento da comunidade escolar. Os projetos a serem desenvolvidos na escola são:

- a) Família na Escola;
- b) Jogos Matemáticos;
- c) Saúde na mesa;
- d) Projeto soletrando;
- e) Consciência negra;
- f) Resgatando valores;
- g) Direitos Humanos;
- h) Meio Ambiente/Ecologia/Semeando:
- i) Prevenção às doenças transmissíveis:
- j) Drogas;
- k) Educação para o trânsito;
- l) Projeto Afetivo-sexual;
- m) Mostra Cultural.

## **5. TEMPO ESCOLAR**

O tempo escolar é um dos instrumentos mais poderosos para generalizar uma idéia de tempo como algo mensurável e objetivo que traz determinadas concepções pedagógicas; proporciona uma visão da aprendizagem como processo de seleção e opções, de ganhos e perdas, de avanços e progressos.

Na E. M. “Francisco Gonçalves de Britto” os planejamentos são realizados anual para o ensino regular e semestral para a EJA, sendo extra turno, por disciplina e com acompanhamento de um professor coordenador de área da Secretaria de Educação. No decorrer do ano letivo são realizados encontros para reavaliar tais planejamentos e fazerem as adaptações necessárias.

As turmas são heterogêneas, balanceando o número de alunos masculino e feminino, com aproximadamente 25 alunos e dividindo os casos de indisciplina.

O Ensino Fundamental nos anos finais terá duração mínima de 04 (quatro) anos obrigatório e gratuito na escola pública e, por finalidade, a formação básica do cidadão e permeará todo o processo educativo em todos os anos.

O calendário escolar terá 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar ou dias letivo envolvendo professores e alunos de cada turma em atividade de ensino e aprendizagem de caráter obrigatório independentemente do local onde se realizam.

O efetivo trabalho escolar compreende as atividades escolares realizadas na sala de aula ou em outros ambientes educativos para trabalhos teóricos e práticos, necessário à plenitude da ação formadora, com o registro da frequência do aluno e efetiva orientação de pessoal habilitado. As turmas de EJA de 5ª a 8ª etapa, terá a duração de 02 (dois) anos letivos organizados em 04 (quatro) etapas semestrais.

As etapas serão desenvolvidas em regime semestral, tendo cada uma a duração de 100(cem) dias letivos, em 20 (vinte) semanas letivas, perfazendo um total de 500 (quinhentos) módulos – aula 416:40' (quatrocentos e dezesseis horas e quarenta minutos). O curso da EJA de 5ª a 8ª etapa, será desenvolvido em 05 (cinco) módulos/aula de 50' (cinquenta minutos), por dia letivo, no horário compreendido entre 18 h 30'(dezoito horas e trinta minutos) às 22 h 55' (vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos) perfazendo 4h10' (quatro horas e dez minutos) a duração do turno, excluindo o recreio, sendo a semana letiva de 05 (cinco) dias, totalizando nas 04(quatro) etapas final do Ensino Fundamental 1.666:40(um mil seiscentos e sessenta e seis horas e quarenta minutos) conforme dispõe a matriz curricular das respectivas etapas.

O Calendário Escolar será composto por 2 (dois) semestres letivos totalizando 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. As atividades de planejamento, reunião com a comunidade escolar, conselho de classe e reuniões pedagógicas serão realizadas em horário extra-turno visando garantir o cumprimento da carga horária obrigatória exigida pelas normas legais vigentes.

Vizando um trabalho mais dinâmico e inovador, as atividades lúdicas são exploradas em todos os conteúdos, aproveitando os espaços físicos da escola como: sala de aula, biblioteca, sala de vídeo, quadra esportiva, pátio, locais comunitários, bem como os materiais pedagógicos existentes: TV, fitas de vídeo educativas, CDs DVDs e aparelhos de som, com vistas à eliminação do índice de repetência e evasão, possibilitando assim melhoria na qualidade do ensino

## **6. PROCESSO DE DECISÃO**

A articulação escola – família - comunidade representa um grande desafio, pois a escola durante o processo de construção do PPP articulou com os segmentos que atuam dentro da escola e incentivando a participação dos pais e comunidade. Ainda existe afastamento destes atores. Nós, profissionais da educação, afirmamos que o PPP é a identidade da escola e que a mesma deve estar atenta aos anseios da comunidade.

### **6.1. Conselho de Classe**

O Conselho de Classe, pela sua importância no contexto de análises, pelos objetivos de seu trabalho e pela sua capacidade de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino. Para que aconteça é fundamental que tanto os diretores, coordenadores pedagógicos, e especialmente os professores da escola estejam atentos aos rumos dados às relações sociais presentes na organização do trabalho escolar como um todo. Para isso o Conselho de Classe acontece de forma extra-turmo e todos os professores deverão estar presentes garantindo assim a efetivação do trabalho pedagógico, proporcionando estratégias de ação para sanar deficiências dos alunos que não alcançaram sucesso na etapa.

O Conselho de Classe, órgão coordenador e avaliador da ação educativa, visam o aperfeiçoamento do processo ensino – aprendizagem, pela análise de cada aluno, do processo educativo, das técnicas de avaliação e discussão de medidas a serem adotadas para solução de problemas. As reuniões do Conselho de Classe do Ensino Fundamental (anos finais) realizar-se-ão com registro pelo professor, dos resultados das avaliações referentes ao período. Serão realizados Conselhos das turmas para avaliarem as aprendizagens e dificuldades existentes no meio educacional.

Cada Conselho de Classe é composto pelo diretor, especialista de educação, professor coordenador da turma e todos os professores. As reuniões acontecerão no final de cada Etapa. Serão orientados pelas informações sobre assiduidade dos alunos e gráficos de aproveitamento escolar. Serão discutidos os resultados da



avaliação do aproveitamento escolar dos alunos para permitir a reformulação do trabalho de avaliação e recuperação do educando.

## **6.2. Assembléias da Comunidade**

O resgate dos espaços coletivos de reflexão das práticas pedagógicas sociais e também daquelas propriamente escolares, apresenta-se como alternativa adequada para que todos os educadores e sociedade participem de maneira democrática e construtiva. As Assembléias da Comunidade são instâncias de decisões coletivas que fazem parte da estrutura de funcionamento da escola e são realizadas semestralmente as reuniões. Os dias reservados à realização de Assembléia Geral do Colegiado serão de acordo com o Calendário Escolar.

O presidente do Colegiado (diretor da escola) convocará a comunidade escolar para as Assembléias, objetivando a proposição de ações a serem desenvolvidas pela escola, bem como a aprovação dos relatórios das atividades por ela desenvolvida. A primeira Assembléia Geral convocada pelo diretor da Unidade de Ensino tem a finalidade de eleger os representantes da Comunidade Escolar para composição do colegiado para um período de 01 ano.

## **6.3. Reunião Técnico – Pedagógica**

A escola para trabalhar coletivamente, seu Projeto Político Pedagógico - PPP planejará para cada etapa, uma reunião envolvendo todos os segmentos da instituição, pais ou responsáveis pelos alunos e comunidade escolar, na busca de alternativas para superação das dificuldades encontradas. As reuniões técnico-pedagógicas acontecerão sempre que for necessário. A primeira reunião técnico-pedagógica será de caráter preventivo e a segunda terá como finalidade apresentar e estudar o Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico.

A Escola utilizará mecanismos de participação democrática nas reuniões, evitando o decretar autoritário e centralizado. Elaborará, acompanhará e avaliará o processo educativo com participação efetiva de todos através de: comissões, subgrupos aproveitando as reuniões já previstas. Procurará vivenciar o processo educativo dentro do contorno da totalidade evitando o pensar a curto prazo e a curto espaço. Operacionalizará todas as decisões encaminhando as ações para projetos

que gerenciem as prioridades visando o desenvolvimento da proposta de trabalho de forma contínua e dinâmica. Os profissionais da escola terão participação ativa no processo decisório da escola através das reuniões do Conselho de Classe e do Colegiado, respeitando as normas legais vigentes.

#### **6.4. Criação do Conselho Escolar**

O Conselho Escolar traz para o interior das Escolas Públicas a possibilidade de democratizar as estruturas do poder escolar, pois permite a seus agentes a formulação de políticas de interesses locais, estabelecendo um processo de diálogo com a comunidade escolar, fazendo valer os direitos constitucionais de sua comunidade. A democracia, a liberdade, e a autonomia plena, são um processo de conquista conjunta, coletiva da sociedade, que se organiza e se insere como sujeito da história. Ou seja, traz a participação de pais para a formulação e gestão, pedagógica e financeira da escola pública. Todavia esse processo necessita, ainda, de maior democratização do poder escolar permitindo a participação e tomada de decisão por toda a comunidade. Dessa forma, diretores, professores, pais de alunos, merendeiras etc., enfim, toda a comunidade escolar tem direito a voz e voto nos conselhos de escola. Com os seguintes objetivos:

- Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- Apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- Instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares;
- Promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares;
- Estimular a integração entre os conselhos escolares;
- Apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- Promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

## **7. RELAÇÕES DE TRABALHO**

### **7.1. Os Princípios de Convivência**

A Escola, consciente de que uma das maneiras de compreensão da natureza social das normas e regras é aprender a formulá-los no convívio escolar dentro dos limites da instituição, enfatizando-as como organização coletiva, permitirá aos alunos uma discussão sobre seu comportamento e hábitos escolares, com o intuito de se criar um estatuto interno que assegure o convívio social dentro de um padrão qualitativo e propiciador da formação moral, ética e afetiva de cada discente. Para tanto, as vias adotadas para a concretização desta, não assumirão posições extremistas de imposições de regras, ao contrário, utilizará do processo dialógico para a busca da conscientização da necessidade das normas e regras da vida humana.

Sendo o ser dinâmico e mutável, os princípios não são definitivos e permanentes, devendo ser avaliados constantemente para que reflitam a realidade da escola. Caberá ao Conselho de Classe articular, avaliar e deliberar sobre os mesmos. No âmbito da sala de aula, educadores e educandos de 6º ao 9º ano deverão estabelecer os princípios de convivência para organização do trabalho escolar. Esses princípios serão elaborados juntamente com as lideranças das turmas, corpo docente, especialista de educação e diretor, observando que nenhum princípio poderá ser estabelecido sem levar em conta a legislação vigente. A escola e a família têm o dever de construir uma relação de parceria, respeitando e estabelecendo os papéis que competem a cada um, buscando uma participação comprometida de todos os segmentos. A escola trabalhará sempre o projeto de atitudes e valores.

### **7.2. Processos de Articulação e Integração dos Profissionais**

A articulação e integração dos profissionais são essenciais para garantir o êxito da escola e serão organizadas pelo Diretor, Supervisor Pedagógico e pelos docentes da escola, durante todo o ano letivo, através de reuniões administrativas e pedagógicas, reuniões de Conselho de Classe e do Conselho Escolar, encontros,

atividades sociais, cívicas e culturais. Para haver articulação e integração dos profissionais será necessário o seguinte perfil social:

- a) disponibilidade para reuniões, estudos e planejamentos de atividades a serem realizadas em conjunto num clima de parceria e comprometimento com a educação;
- b) estar aberto à reflexão da própria prática, revisando-a, atualizando-a e aprimorando-a em busca de sua própria competência profissional;
- c) aceitação da proposta como um desafio;
- d) reconhecer a importância da integração de profissionais da melhoria do processo ensino aprendizagem, tanto na troca de experiência, uso de novas metodologias e diagnóstico dos alunos, suas defasagens de aprendizagem, suas experiências e dificuldades e o trabalho de equipe no sentido de resgatar a auto-estima destes alunos e fornecer-lhes condições de desenvolver suas potencialidades e exercer sua cidadania.

No Ensino Fundamental, a escola utilizará a interdisciplinaridade através de temas selecionados pelos professores. A escola desenvolverá um trabalho integrado entre professores X professores X alunos, com a participação de todos os seus membros para a definição de objetivos e estratégias comuns, numa forma global e coerente de funcionamento.

### **7.3. Estratégias de Promoção da Articulação com a Comunidade**

A assembléia do conselho escolar acontecerá semestralmente. Serão elaborados projetos com a participação dos pais, corpo docente, Conselho Tutelar a serem executados visando melhorias na escola, o reconhecimento e a conscientização de que a escola é um espaço de todos. A escola utilizará os recursos da comunidade para desenvolver sua proposta educativa com a participação dos pais nos Conselhos Deliberativos e Consultivos do Colegiado e Conselhos Deliberativo e Fiscal da Unidade Executora da referida escola. Serão realizadas ao final de cada etapa, reuniões administrativas – pedagógicas com os pais sobre os processos vividos pelos filhos na escola e o desempenho dos alunos através da apresentação e análise de gráficos de aproveitamento da turma, destacando o desempenho dos alunos em cada conteúdo curricular e sensibilizando a família para a colaboração do trabalho educativo.

Neste contexto, temos aí a participação da comunidade nos projetos realizados pela escola, apesar de a mesma ainda não oferecer condições de atender aos anseios da família em relação aos serviços que porventura poderiam ser disponibilizados para a população, como comunidade.

#### **7.4. Programa de Formação Continuada dos Profissionais da Educação**

A Secretaria Municipal de Educação e/ou equipe pedagógica organizará o programa de capacitação e treinamento de professores e demais servidores da escola com vistas a garantir condições de melhoria de funcionamento nos diversos setores da escola. Foram realizados cursos de capacitação para os demais profissionais como o PROINFO, Coordenação de Área e GESTAR II nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática em parceria com o Ministério da Educação, o PROLETRAMENTO e o PRO-CONSELHO os quais serão aplicados melhorando o processo ensino-aprendizagem.

### **8. AVALIAÇÃO**

Goldemberg (1993 p. 25), ao falar da necessidade e importância da avaliação das instituições, comenta:

“A avaliação institucional deve ser defendida por duas razões básicas: porque é instrumento necessário para promover a melhoria do ensino e porque é uma exigência de uma sociedade democrática, na qual as instituições precisam prestar contas à sociedade do uso que fazem, dos recursos que recebem e do seu desempenho”.

As atividades regulares de avaliação oferecem oportunidades para o uso de dados avaliativos e de outras informações que possam embasar o processo decisório. A importância dada à avaliação pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 é inédita, sendo apresentada como um dos eixos centrais que se refere ao §9º da lei que estabelece em um dos seus itens a atribuição da União de “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino

fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria do ensino”.

Os instrumentos de avaliação, a serem utilizados para verificação da aprendizagem do aluno devem ser variados, incidir sobre os conceitos e habilidades fundamentais das disciplinas e ser definidos em equipe pelos professores da escola.

A participação e a cooperação de todos também define como a avaliação deve ser conduzida além da análise de seus resultados e não se encerrando aí, a continuidade da prática, da investigação que são agregados ao planejamento escolar numa dimensão educativa. Após a aplicação do instrumento de avaliação na escola, a mesma promove a reflexão acerca dos resultados que são tabulados e a partir daí são traçadas novas ações com prazos e datas definidas.

### **8.1. Estratégias da Verificação do Desempenho Escolar**

A avaliação da aprendizagem do ensino fundamental tem como princípio o aprimoramento do aluno e da qualidade do ensino, constituindo-se como um dos elementos para reflexão e transformação da prática escolar sendo subsidiados por procedimentos de observação, registros contínuos, objetivando o acompanhamento e metas propostas.

O acompanhamento e a avaliação possibilitarão o replanejamento didático visando à garantia do processo ensino-aprendizagem, a permanente informação ao aluno quanto ao seu desempenho em relação aos objetivos do currículo, fornecimento de dados para a avaliação da escola e informação à comunidade quando aos resultados do trabalho escolar. Os resultados e os instrumentos de avaliação da aprendizagem, bem como apuração da assiduidade serão apresentados aos alunos e seus responsáveis no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas, após encerradas as avaliações.

Na avaliação do aproveitamento preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sendo 60% (sessenta por cento) para trabalhos tais como: pesquisas, estudos dirigidos, leituras orientadas, exercícios e projetos coletivos que valorizem o envolvimento, participação, criatividade, comportamentos sociais e coletivos, expressão oral e física, iniciativa própria para produção e resolução de situações-problemas, dentro de um processo dialógico, testes e provas escritas 40% (quarenta por cento).

Será 100 (cem) o número máximo de pontos cumulativos que cada aluno poderá conseguir em cada ano letivo, sendo estes pontos distribuídos em 3 etapas letivas.

Será considerado aprovado no Ensino Fundamental (anos finais), o aluno que alcançar nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos em cada conteúdo curricular durante o ano letivo e ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência apurada pelo total das horas letivas anuais. A avaliação dos conteúdos de Artes, Educação Religiosa e Educação Física, do Ensino Fundamental, serão observadas somente a assiduidade, sendo esta, garantida pela participação e realização das atividades em classe. Será avaliada a proposta de ensino da escola, nos seus objetivos, abordagens metodológicas, conteúdos curriculares, apoio didático, sistema de avaliação, recursos, desempenho do pessoal, interação com a família e a comunidade. Esta avaliação visará aperfeiçoar o processo educativo e adotar medidas, ratificando ou retificando, gráficos de produtividade e perfil da escola.

A avaliação tem como função básica acompanhar o desenvolvimento do aluno identificando o “aprendido” e o “não aprendido” e principalmente o “como” e o “porque” do pensamento e das respostas dos alunos. A avaliação diagnóstica consiste na investigação de qual é o “patamar” de desenvolvimento do aluno, tendo em vista orientar a programação do seu atendimento, ou seja, as atividades de ensino.

No curso de EJA serão distribuídos 100 (cem) pontos para cada semestre/etapa letiva, em 02 (dois) bimestres da seguinte forma, sendo um semestre de 100 dias letivos, distribuídos em 02 etapas de 50,0 cada uma. Os bimestres letivos terão início em 03/02 até 16/04 totalizando (50 dias) o primeiro; e o segundo de 19/04 a 28/06 (50 dias). No segundo semestre do ano o primeiro bimestre tem início em 07/07 até 24/09 com (51 dias) o segundo inicia em 27/09 a 14/12 (49 dias).

Para conclusão de cada etapa, o aluno deverá alcançar pelo menos 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos durante o semestre letivo e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

A duração de cada bimestre será prevista em Calendário Escolar Semestral, específico para o curso da EJA. Na avaliação de Artes será adotada apenas avaliação formativa: após cada bimestre e ao final do semestre letivo. Realizar-se-á reunião do Conselho de Classe para analisar, discutir sobre o desempenho escolar

dos alunos e tomar decisões coletivas que garantam atendimento diferenciado aos alunos que demonstrarem dificuldades de aprendizagem.

## **8.2. Estudos de Recuperação**

### **8.2.1. Recuperação Paralela**

Na modalidade de Ensino Fundamental e EJA a escola utiliza a recuperação paralela, contínua e obrigatória valendo-se de materiais didático-pedagógicos complementares e assistência individualizada, por permitir atender as dificuldades de aprendizagem dos alunos tão logo elas se apresentem, e é de responsabilidade do próprio professor uma vez que é parte integrante da atividade docente.

Será realizada sob forma de reensino, no processo regular do ensino-aprendizagem sob a responsabilidade do próprio professor da turma, para sanar as dificuldades detectadas no processo ensino-aprendizagem permitindo corrigir ações, aperfeiçoar o processo e adotar medidas capazes de oportunizar resultados satisfatórios, condizentes com os objetivos desta proposta.

Ao realizar a avaliação formativa no desenvolvimento da unidade e detectar dificuldades de aprendizagem, o professor planejará atividades corretivas de Recuperação Paralela para efetivação do processo ensino-aprendizagem.

Os Estudos Autônomos do Ensino Fundamental conforme orienta Parecer 1.132/97 e complementado pelo Parecer 1198/98, proporcionam aos alunos novas oportunidades de aprendizagem para superar deficiências do seu desempenho escolar e assegurar-lhe a continuidade do processo pedagógico.

Os Estudos Autônomos serão oferecidos pelo Estabelecimento de Ensino na modalidade didática de estudos autônomos, obrigatoriamente orientados e avaliados pelo professor.

As atividades dos Estudos Autônomos terão a duração máxima correspondente a 07 (sete) dias, observando-se 5 (cinco) dias para orientação e 2 (dois) dias para avaliação. Os dias destinados aos Estudos Autônomos não serão computados nos mínimos exigidos para a duração do ano que são de 200 dias letivos.



Na Educação de Jovens e Adultos os estudos de recuperação da avaliação final serão ministrados após o semestre letivo para os alunos de 5ª a 8ª Etapa, que tenham obtido pelo menos 30 (trinta) pontos em até 03 (três) conteúdos curriculares. Na recuperação final poderão ser feitos dois (2) trabalhos no valor de 30 pontos cada, um a ser realizado em casa e outro na escola com assistência do professor e uma (1) avaliação no valor de 40 pontos. Os alunos serão submetidos a provas, testes, trabalhos formais de avaliação da aprendizagem, cujos resultados de final.

### **8.3 Da Classificação**

Conforme LDB 9394/96 a Classificação do aluno em qualquer ano, período semestral, exceto o primeiro do ensino fundamental, pode ser feito da seguinte forma: por promoção, transferência, por Avaliação.

A classificação deve ser uma decisão decorrente de manifestação de uma comissão formada de docentes, especialista de educação e diretor da escola (que a preside). A avaliação de classificação terá o valor de 100 (cem) pontos para cada disciplina. Será considerado classificado o aluno que obtiver 60 (sessenta) pontos nos anos finais do Ensino Fundamental, e na Educação de Jovens e Adultos de 5ª à 8ª etapa.

### **8.4. Da Reclassificação**

De acordo com o Parecer 1.132/97 e complementado pelo Parecer 188/98, a reclassificação possibilita reposicionar o aluno em ano, período diferente daquele indicado em seu Histórico Escolar. A reclassificação deverá ter um caráter de excepcionalidade para alunos da EJA.

A reclassificação deverá constituir um recurso de adaptação de aluno na série ou etapa de acordo a idade, experiência e nível de desempenho, sempre no sentido de reforçar a auto-estima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola, especificadas em sua proposta pedagógica. A reclassificação é um procedimento que será aplicado também nos casos de frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, para aprovação. A concretização do processo de reclassificação de alunos exige medidas administrativas capazes de resguardar os direitos dos alunos e dos profissionais, para a correção do processo pedagógico. A

avaliação da reclassificação terá o valor de 100 (cem) pontos para cada disciplina. Será considerado reclassificado o aluno que obtiver 60 (sessenta) pontos nos anos finais do Ensino Fundamental, e na Educação de Jovens e Adultos de 5ª à 8ª etapa.

### **8.5. Da Progressão Parcial**

A Progressão Parcial é o procedimento oferecido pela escola, com apoio no Regimento Escolar, que permite ao aluno avançar em componentes curriculares para os quais já apresente comprovadamente, domínio de conhecimento possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos naqueles componentes nos quais apresente deficiências, conforme salienta o Parecer 1132/ 97.

**I)** A progressão parcial será adotada nos quatro anos finais do ensino fundamental. Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas e concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que se encontra em regime de progressão parcial.

**II)** A escola deve organizar diferentes estratégias para ampliar as oportunidades de aprendizagem e de avaliação dos alunos, oferecendo no decorrer do ano letivo e após o mesmo.

**a)** Estudos orientados a partir de atividades especificamente programadas para o atendimento de alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem;

**b)** estudos orientados presenciais;

**c)** estudos independentes.

Os estudos orientados, a que se refere o item (a), preferencialmente, devem ser assumidos pelo professor da turma, por meio de procedimentos pedagógicos variados, incluindo a possibilidade de se recorrer ao apoio de monitores e parcerias mobilizados pela própria escola. Os estudos suplementares destinam-se aos alunos a partir do 7º ano do Ensino Fundamental, matriculados com progressão parcial de 02 (dois) conteúdos curriculares do ano anterior.

A avaliação terá o valor de 100 (cem) pontos para cada conteúdo curricular, sendo considerado aprovado o aluno que alcançar um mínimo de 60 (sessenta) pontos em cada conteúdo curricular.

Os alunos em situação de progressão parcial farão (2) trabalhos no valor de 30 pontos cada, um a ser realizado em casa e outro na escola com assistência do professor e uma (1) avaliação no valor de 40 pontos.

Para os alunos de 5ª a 8ª etapa da Educação de Jovens e Adultos que não conseguirem aprovação nos estudos de recuperação citados anteriormente, e forem reprovados em até 2 (duas) disciplinas farão atividades e avaliações com as respectivas distribuições de valores. A progressão parcial será oferecida para os alunos a partir de 6ª etapa sob a modalidade de Estudos Autônomos conforme definido pela escola.

### **8.6. Aceleração de Estudos e Avanço Escolar**

De acordo com o Parecer 1132/97, a aceleração de estudos é forma de propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade. Alunos com atraso escolar são aqueles que se encontram com idade superior a que corresponde ao ano, período ou ciclo que esteja cursando. As estratégias de aceleração podem assumir múltiplas formas, buscando como atender as necessidades desses alunos e de acordo com as possibilidades da escola. Avanço escolar é a forma de propiciar ao aluno que apresente nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo séries, períodos, ciclos ou etapas.

A avaliação institucional assume importância quando se volta para os objetivos que se fundamentam nos seguintes pressupostos:

- A avaliação deve ser considerada um processo crítico e dialógico que se opera através da negociação entre atores, dando espaço para a pluralidade de vozes.
- Deve buscar atribuir valores a meios e processos (não a pessoas) e não se constituir em tribunal de julgamento.
- Deve alcançar objetivo institucional - a qualidade do ensino e a educação cidadã.
- Fazer frente a um referencial de qualidade.
- Cumprir função diagnóstica.
- Promover mudanças na realidade - processo decisório. (RISTOFF, Dilvo e ALMEIDA Jr, 2005, p.15 - 38),

## **8.7. Procedimentos de Avaliação Institucional Interna e Externa**

A avaliação deverá ser um instrumento de emancipação e/ou regulação, sendo essa uma de suas complexidades. Não há um modelo único de avaliação, uma só concepção, uma só prática. A escola participará do processo de avaliação externa, promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (S.M.E.C.) que são as avaliações sistêmicas aplicadas para os alunos do 6º ao 9º ano de todas as disciplinas, da Secretaria do Estado de Educação (S.E.E.), o SIMAVE e do Ministério da Educação: a Prova Brasil para os alunos de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, bem como a Provinha Brasil para os alunos de 2º ano do Ensino Fundamental com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno e fornecer indicadores de desempenho em relação ao Município e Estados.

## **8.8. Avaliação de Desempenho dos Profissionais da Educação**

A Avaliação de Desempenho é uma importante ferramenta de gestão de pessoas que corresponde a uma análise sistemática do desempenho do profissional em função das atividades que realiza, das metas estabelecidas, dos resultados alcançados e do seu potencial de desenvolvimento.

O resultado final da avaliação de desempenho deve apresentar as informações necessárias para a identificação de oportunidades de melhoria e a elaboração de um plano de ações em relação a vários níveis – geral da escola, por disciplina e individual.

Ter indicadores e metas claras de desempenho dos profissionais da educação é fundamental para o sucesso da instituição escolar no mundo atual. Cada vez mais, a escola precisa conhecer claramente o desempenho e resultados de cada educador e profissional de apoio que atua nela, seja para aperfeiçoar suas metodologias, como para aquisição de recursos educacionais e otimizar a sua aplicação.

A avaliação será aplicada anualmente para todos os envolvidos no processo, professores, funcionários e equipe gestora, conforme os itens indicativos no instrumento.

Estes instrumentos a que se refere são elaborados pela SMEC. Os resultados destas avaliações são discutidos com os funcionários onde os mesmos podem se

retratar diante de resultados indesejados. Porém, estes resultados não são utilizados para outros fins no município, servem apenas à instituição escolar.

Para os alunos a avaliação da instituição é realizada com todos que estão cursando o último ano (9º ano), e por amostragem nas turmas de 6º ao 9º ano. Já o conselho de professores elege dois membros da comunidade, porque os pais e alunos já são convidados natos, e fazem a avaliação dentro da escola com a orientação de um pedagogo ou diretor.

### **8.9. Painel da Escola**

É um instrumento visual de gestão que possibilita a obtenção de um conjunto de dados que permitam conhecer o passado da instituição, analisar o presente e traçar metas para o futuro. Tem como objetivo:

- 1) Divulgar junto à comunidade escolar, os problemas e metas da instituição, visando à superação de problemas;
- 2) Provocar reflexão coletiva na escola;
- 3) Fornecer uma visão global das ações da escola.

A partir dos dados representados no painel, a direção da escola, juntamente com a equipe pedagógica, promoverá um encontro com os demais funcionários da escola para análise/reflexão da realidade escolar, com vistas a aprimorar, rever, refazer os aspectos que julgar necessários, visando a qualidade do processo ensino aprendizagem neste estabelecimento de ensino. O painel deve ser claro e objetivo.

## CONCLUSÃO

Sempre há “momentos e tempos” fundamentais a serem vivenciados pela comunidade escolar para que esse documento seja criado, re-alimentado e concretizado no dia-a-dia das práticas escolares. A construção e implementação do PPP constituiu-se num trabalho coletivo, ou seja, não ocorreu apenas pelas mãos da equipe gestora, mas por um processo colaborativo e coletivo, mas, sobretudo, é na coletividade e co-responsabilidade dos integrantes da comunidade escolar que será possível a concretização de seus pressupostos e prioridades. É fundamental que o Projeto Político-Pedagógico seja construído verdadeiramente e avaliado permanentemente.

Portanto a autonomia da escola significa a possibilidade de construção coletiva de um projeto político-pedagógico, que esteja de acordo com a realidade da escola, que expresse o projeto de educação construído pela comunidade, em consonância com as normas estabelecidas pela legislação em curso.

Ao defendermos a autonomia da escola, estamos defendendo que a comunidade escolar seja independente e tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o projeto político-pedagógico almejado pela comunidade.

Segundo Veiga (1995, p. 13)

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sóciopolítico com os interesses reais e coletivos, da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão e um tipo de sociedade.

Mas para que todo esse processo resulte em uma prática pedagógica construtiva, reflexiva, democrática, participativa e crítica, transformadora da realidade atual, é necessário que antes o professor, funcionários e toda a comunidade escolar, bem como o Conselho Escolar tenha conhecimentos sobre o que é um projeto político-pedagógico.

## FONTE BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8069 de 13/07/1990

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 9.394/96** de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília – DF. 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEE, 1997.

CURY, C.R.J. **A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional: Uma reforma educacional?** In: Cury, C.R.J. et al. (org.). *Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e plano nacional de educação*. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 1132/97**. Belo Horizonte – MG. 1997.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Resolução 188/98**. Belo Horizonte – MG. 1998.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. **Autonomia da escola pública: um enfoque operacional**, In: VEIGA, Ilma Passos A. (org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 7ª ed. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1998.

RISTOFF, Dilvo; ALMEIDA Jr., Vicente de Paula (orgs.). **Avaliação Participativa. – Perspectivas e Debates**. Brasília: INEP, 2005. p.15-38.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Perspectiva para Reflexão em torno do projeto político-pedagógico**, In: *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1995.